

**As marcas das relações culturais entre crianças e adultos:
um diálogo com a sociologia da infância**

*The marks of cultural relations between children and adults:
a dialogue with the sociology of childhood*

*Las marcas de las relaciones culturales entre niños y adultos:
un diálogo con la sociología de la infancia*

Samantha Dias de Lima² 

Renata Cristina Lacerda Cintra Batista Nascimento³ 

Ana Sebastiana Monteiro Ribeiro⁴ 

Resumo: O presente ensaio teórico objetiva problematizar a compreensão de infância(s) e de criança, bem como das relações culturais, destas, na contemporaneidade, sob um olhar renovado da Sociologia da Infância. Elege como sustentação teórica os Estudos da Infância, com uma aproximação mais potente da Sociologia da Infância, por meio de referencial bibliográfico selecionado. Como resultados apresenta a potência das relações culturais da criança com os adultos como um dos caminhos possíveis, para visibilizar as crianças e as infâncias contemporâneas, o qual necessita ser considerado pelas instituições que a criança participa como a família e a escola.

Palavras-chave: Crianças. Infâncias. Adultos. Relações culturais. Relações sociais.

Abstract: *This theoretical essay aims to problematize the understanding of childhood(s) and child, as well as their cultural relationships in contemporary times, seen from the renewed perspective of the Sociology of Childhood. Childhood Studies is chosen as theoretical foundation, nearing in particular the Sociology of Childhood, through selected bibliographical references. The power of the child's cultural relationships with adults is shown as one of the possible ways to make contemporary children and childhoods visible, which must be taken into consideration by the institutions in which the child participates such as family and school.*

Keywords: *Children. Childhoods. Adults. Cultural relationships. Social relationships.*

Resumen: *El presente ensayo teórico objetiva problematizar la comprensión de infancia y de niño, así como de las relaciones culturales, de éstas, en la contemporaneidad, bajo una mirada renovada de la Sociología de la Infancia. Elege como sustentación teórica los Estudios de la Infancia, con una aproximación más potente de la Sociología de la Infancia, a través de referencial bibliográfico seleccionado. Como resultados presenta la potencia de las relaciones culturales del niño con los adultos como uno de los caminos posibles, para visibilizar a los niños y las infancias contemporáneas, el cual necesita ser considerado por las instituciones que el niño participa como la familia y la escuela.*

Palabras clave: *Niños. Infancias. Adultos. Relaciones culturales. Relaciones sociales.*

¹ **Submetido em:** 17 dez. 2018 - **Aceito em:** 08 abr. 2019 - **Publicado em:** 08 nov. 2019.

² Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – E-mail: samanthalima06@gmail.com

³ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - E-mail: cintraprof@unemat.br

⁴ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - E-mail: anamonri@hotmail.com

Notas introdutórias

O presente artigo trata-se de um ensaio teórico que traz à cena as questões: das infâncias e das crianças, bem como das marcas das relações culturais e sociais, entre crianças e adultos. O objetivo deste ensaio é problematizar a compreensão de infância(s) e de criança(s), assim como das relações culturais destas na contemporaneidade, sob um olhar renovado da Sociologia da Infância. Deste modo, buscamos ao longo do texto responder a partir da lente teórico/analítica da Sociologia da Infância a seguinte problemática: Que marcas são deixadas nas relações culturais entre crianças e adultos e como tem se visibilizado/invisibilizado a criança enquanto categoria social possibilitando que as mesmas tenham autoria e protagonismo acerca das suas vidas na infância?

Faz-se importante destacar que pretendemos analisar essa (in)visibilidade nas marcas das relações culturais entre crianças e adultos, considerando que estas tiveram profundas modificações nas últimas quatro décadas. Deste modo, reconhecemos a Contemporaneidade como um período histórico muito importante, em destaque nas questões sociais, políticas e culturais, as quais visibilizam uma infância que valoriza os sujeitos como partícipes da construção da sua própria história para além das questões do desenvolvimento físico.

Para Agamben (2009, p. 59): “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que este adere através de uma dissociação e um anacronismo”. Nesta singularidade de relações com o tempo, são datadas, a partir da década de 1990, novas pesquisas voltadas à criança e à infância, renovando olhares e práticas, e atribuindo identidades sociais, culturais e geracionais à infância. Segundo Sarmiento e Pinto (1997), este período ultrapassou os tradicionais limites da investigação confinada aos campos: da Medicina, da História, da Psicologia do Desenvolvimento e da Pedagogia, para considerar a infância enquanto fenômeno social próprio.

De acordo com Carvalho e Silva (2016), em entrevista com Fernandes, esse olhar renovado se deu principalmente a partir do movimento que originou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criançaⁱ (BRASIL, 1989). A partir daí as pesquisas sobre crianças e infâncias se intensificaram e, conseqüentemente, foram renovadas as teorias apresentadas e defendidas pelos estudiosos dos Estudos da Infânciaⁱⁱ no mundo inteiro, em destaque inicialmente no Hemisfério Norte, posteriormente ganhando amplitude em outros lugares, como em nosso país. No Brasil, podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), como um marco sociopolítico de visibilidade e garantia dos direitos às crianças.

Conforme apuramos, a literatura (internacional e nacional) aponta que nos últimos anos vários campos do conhecimento, tais como: a Sociologia, a Antropologia, a História, a Psicologia, a Filosofia, a Pedagogia/Pedagogia da Infância, passaram a investigar a criança e a infância por suas próprias características e especificidades. Consideramos relevante reiterar que as pesquisas realizadas para este ensaio se filiam aos Estudos da Infância, com maior aderência aos estudos da Sociologia da Infância. Na perspectiva teórico/analítica da Sociologia da Infância, Abramowicz (2011), diz que nos ajuda a pensar os estudos acerca da

criança e da infância não só pela maleta de instrumentos teóricos ou novidades de pesquisa que a Sociologia de Infância oportuniza ao cunhar a infância com conceitos como cultura infantil e categoria social. Mas, ao vê-la em seu protagonismo, autoria social, construção e potência. Para ampliar nosso arcabouço teórico, buscamos sustentação em autores como: Delalande, Dornelles, Fernandes, Martins Filho, Prout, Qvortrup, Sarmiento e Pinto, entre outras referências contemporâneas da temática analisada.

Nesta perspectiva de mudança paradigmática na pesquisa sobre as crianças, citamos Delalande (2011, p. 67), que diz que “[...] as investigações (Sociológicas e Antropológicas) se caracterizam pelo fato de interessarem, em primeiro lugar, pelo ponto de vista das crianças [...]”, considerando as crianças não apenas enquanto sujeitos pesquisáveis e, sim, enquanto participantes qualificados das pesquisas.

Deste modo, podemos afirmar que: “A infância é mais que uma fase de transição; é uma categoria social permanente. Independentemente das crianças que compõem a infância em determinado momento e lugar, a infância continua existindo, bem como o aparato regulatório e institucional que está ao seu redor” (LIMA, 2018, p. 25).

Para dar conta das questões enunciadas nestas ‘Notas Introdutórias’, organizamos o artigo em quatro seções, sendo a primeira esta e na sequência: A criança e a Infância pelo olhar ‘renovado’ da Sociologia da Infância; Compreensão cultural e social da(s) infância(s): as marcas das relações entre crianças e adultos; e as Considerações finais.

A criança e a infância pelo olhar “renovado” da sociologia da infância

A Sociologia da Infância surge em meados finais da década de 1980 e faz um percurso – não em paralelo, porque elas se tocam, acho eu – com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Quando a Sociologia da Infância defende a imagem da criança como um sujeito, um ator social, não está a defender mais do que aquilo que é salvaguardado na Convenção quando diz que a criança tem o direito a dar opinião, tem direito de envolver-se nos assuntos que lhe dizem respeito. Portanto, houve uma sinergia interessante do surgimento de uma área científica que tem como foco exclusivo a criança e a valorização da sua ação social e o surgimento da Convenção que legitima formalmente a participação das crianças (CARVALHO; SILVA, 2016, p. 188)ⁱⁱⁱ.

Conforme podemos evidenciar, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1989) contribuiu significativamente com as discussões e produções da Sociologia da Infância. De acordo com Fernandes em entrevista para Carvalho e Silva (2016, p. 188) “A participação deve ser uma ação dotada de sentido para o sujeito, e que tenha implicações; implicações em termo de transformação social”. A autora diz também que o reconhecimento às crianças ao mesmo tempo em que parece simples, como quando se dá, por exemplo, expresso em legislações, é também muito complexo de se efetivar via participação infantil, esfera para além do reconhecimento de direitos, que inclui a escuta efetiva das crianças. Ainda de acordo com Fernandes, mesmo que o adulto oportunize um diálogo com a criança, às vezes existe dificuldade em aceitar, atender e colocar em prática uma opinião quando esta é contrária àquilo que era esperado por este adulto. Desse modo, ainda há muito

a ser exercitado por parte dos adultos em relação à participação social e cultural da criança, sendo nomeado pela autora como “democracia representativa”, ou seja, apenas em algumas circunstâncias.

Isso implica em abandonar uma visão adultocêntrica, mundo visto/vivido somente pela ótica adulta, e procurar conhecer a perspectiva infantocêntrica, em que a visão de mundo se daria pela lógica infantil, mesmo parecendo uma realidade pouco provável. Urge uma mudança paradigmática, na qual os adultos enquanto mediadores (ainda que em alguns momentos) das relações das crianças com o mundo social e cultural promovam espaços para que elas construam a experiência enquanto sujeitos participativos e protagonistas. Sem o fortalecimento de dicotomias entre adultocentrismo e infantocentrismo, mas com coerência e coparticipação de ambas perspectivas, uma vez que somos considerados de fato e direito cidadãos quando pudermos exercer a nossa ação social e termos espaço nas ações coletivas, sejam elas infantis ou adultas. Enxergar e ouvir a criança para além das concepções de cuidado, fragilidade e vir-a-ser, é fundamental em qualquer estudo que realmente ambiciona conhecer mais sobre as infâncias e as crianças, bem como acerca das práticas sociais e culturais desta população.

As crianças na perspectiva da Sociologia da Infância são percebidas como um grupo geracional e social que deve ser respeitado e valorizado nas suas singularidades e pluralidades. Conforme Fernandes (2009, p. 25):

[...] as crianças são um grupo social com caráter permanente na sociedade. Têm um espaço e um tempo que, apesar das especificidades culturais, sociais, econômicas, configuradoras de complexidades e dissemelhanças significativas entre os seus elementos, marcam uma etapa de vida para qualquer indivíduo, e determinam também a organização de qualquer sociedade.

Assim, atribui-se o *status* cultural à infância, sendo que essa cultura se revela implícita ou explicitamente em meio à sociedade, repercutindo também nas políticas públicas, na cultura e na história. As crianças não só reproduzem a cultura do mundo adulto, como as (re)elaboram e as (res)significam, a partir das suas relações com os adultos e com os pares. Isso faz com que ocorra

um crescente interesse pelas questões culturais, seja nas esferas acadêmicas, seja nas esferas políticas ou da vida cotidiana. Em qualquer caso, parece crescer a centralidade da cultura para pensar o mundo. Mas tal centralidade não significa necessariamente tomar a cultura como uma instância epistemologicamente superior às demais instâncias sociais - como a política, a econômica, a educacional; significa, sim, tomá-la como atravessando tudo aquilo que é do social (VEIGA-NETO, 2003, p. 5).

Neste sentido, a Sociologia da Infância é convocada para visibilizar a criança enquanto produtora de cultura, o que pode ser evidenciado por meio de concepções como a ‘cultura de pares’ (produção de cultura entre as crianças) e o ‘protagonismo infantil’ (possibilidade da criança viver sua vida a partir de suas necessidades e desejos), onde ambas se dão por meio da participação infantil, tendo a criança como sujeito competente no centro das escolhas e vivências sociais e culturais.

Prout (2010) atenta que é preciso que a Sociologia da Infância não caia na ideia de que a infância é uma construção unicamente social para abandonar o reducionismo biológico. É preciso que a criança seja vista como um ser multifacetado, considerando suas dimensões biopsicossociais. Ao explorarmos as interfaces dos Estudos da Infância, passamos a enxergar outros sentidos atribuídos às infâncias, tais como: potência, capacidade, conexão com a natureza, curiosidade, entre outros. Ainda segundo o autor, somente entendendo que a infância é construída por elementos heterogêneos da natureza e da cultura, os quais não podem ser facilmente separados, será possível avançar.

Os estudos da Sociologia da Infância se opõem à ideia de passividade das crianças, assim como da socialização unicamente orientada por adultos e/ou instituições. Contudo, registra-se que uma destas potentes relações entre adultos e crianças se dá na escola, instituição que ocupa um espaço de extrema importância no sentido da visibilização das infâncias e da sua cultura, desenvolvendo o que poderíamos nomear de ‘cultura escolar’, a qual escapa de uma restrição às questões (apenas) de ensino para se interessar pela vida dos alunos, protagonistas do processo educativo, e reconhecendo a escola como lugar de vida. Segundo Delalande (2011) escola passa a ser um lugar em que a criança vai socializar-se e se tornar protagonista da sua própria escolarização, um espaço em que o conceito de socialização vai sendo transformado, no modo como cada criança se relaciona consigo, com os outros, e com sua própria infância.

O processo de (re)conceitualização do termo ‘infâncias’ se deu ao longo das últimas décadas, durante as quais a Sociologia da Infância nos ofereceu possibilidades, questionando-nos constantemente e desacomodando concepções já cristalizadas, segundo a qual a criança era vista como um ser incompleto, e tal incompletude era muitas vezes associada à incapacidade.

A sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objeto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles. Porém, mais do que isso, a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada (SARMENTO; CESIARA, 2004, p. 2).

Com tais problematizações, a Sociologia da Infância tem procurado analisar as muitas mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, entre elas: as diferentes formas de configuração familiar; o modo como o adulto concebe e se relaciona com a criança; os processos de socialização entre adultos e crianças; e a relevância do adulto/professor no processo de socialização/escolarização infantil; entre outros. Prout (2010) diz que, estava ocorrendo, e ainda ocorre, uma mudança no caráter da infância. As famílias já não vivem mais em um padrão estereotipado. As diferentes configurações familiares possibilitam novas relações entre adultos e crianças, oportunizando espaço para uma criança mais questionadora e curiosa com a organização da sua vida familiar e que, conseqüentemente, necessita estar instrumentada para apresentar também seu ponto de vista.

Na busca de ampliar o entendimento de ‘infância’, a Sociologia da Infância nos instiga a refletir sobre as múltiplas infâncias. Nas palavras de Dornelles (2005, p. 71):

Acredito que ainda se vive sob o efeito da produção da infância moderna, contudo, não é mais possível se tratar de uma só infância como a preconizada pela Modernidade. É preciso pelo menos que se leve em consideração que existem muitas outras infâncias. Existem infâncias mais pobres e mais ricas, infâncias do Terceiro Mundo e dos países mais ricos, infâncias da tecnologia e a dos buracos e esgotos, infâncias superprotegidas, abandonadas, socorridas, atendidas, desamadas, amadas, armadas, etc.

O que podemos apurar na narrativa acima é que não existe uma única forma de retratar a infância, contudo até bem pouco tempo o que prevalecia era a tradição da história de vida das crianças ser contada apenas pelo adulto, mecanismo que fez com que as crianças fossem invisibilizadas, socialmente/culturalmente, por tanto tempo, até mesmo pela Sociologia, que apenas recentemente ampliou suas investigações para estudar as infâncias, firmando assim a potência desta nova área de estudos, a Sociologia da Infância.

Tomás (2011, p. 134) argumenta que

[...] para escrever sobre a infância [as crianças] é necessário lê-la e compreendê-la, mesmo que muitas vezes ela se mostre, a primeira abordagem, ilegível, incompreensível, talvez até inacessível. Escrever sobre a infância é, afinal, uma tentativa de mapear a multiplicidade dos sentidos, as múltiplas vozes e as diferentes escalas onde as crianças se movem e são movidas.

A partir desta virada paradigmática, da multiplicidade de sentidos e vozes, os pesquisadores da Sociologia da Infância passam a nos oferecer subsídios para ‘um’ olhar renovado sobre as crianças e as infâncias, o qual nos possibilita novos questionamentos sobre a compreensão cultural e social, tema que exploramos na próxima seção.

Compreensão cultural e social da(s) infância(s): as marcas das relações entre crianças e adultos

A infância enquanto compreensão cultural pode ser entendida como a construção pelas crianças de seus próprios saberes, suas memórias e lembranças, suas práticas e possibilidades de criar e recriar a realidade social (e cultural) na qual se encontram inseridas (QUINTEIRO, 2002, p. 141).

Quando nos propomos a dialogar sobre a compreensão cultural e social das infâncias, achamos oportuno anunciar que se trata do nosso olhar que, conforme dito anteriormente, considera os investimentos teóricos dos Estudos da Infância e da Sociologia da Infância, cujo grande diferencial passa a ser o viés pelo qual as infâncias e as crianças são consideradas, enquanto seres potentes e capazes de produzir cultura e não, mais, apenas de recebê-la e/ou consumi-la.

É possível que a criança e a infância adquiram em muitas sociedades um *status* semelhante, apesar das particularidades culturais de cada uma. No entanto, precisamos perceber que o processo cultural e social traz consigo uma nova configuração de ser criança e

de ter infância, “[...] uma vez que se perceba [a criança e] a infância como algo culturalmente construído abrem-se campos de estudo inteiramente novos aos pesquisadores e se torna mais fácil elaborar uma crítica radical do pensamento sobre as crianças em sua sociedade (HEYWOOD, 2004, p. 24).

Deste modo, entendemos infâncias no plural, por considerar suas múltiplas formas de manifestações e produções sociais e culturais, desmistificando alguns discursos cristalizados do que é ser criança e de como viver a infância, muitas vezes arraigados apenas no desenvolvimento biológico. Nascimento (2011, p. 200), na ‘Apresentação Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social” - Jens Qvortrup’ relata “[...] a infância como categoria na estrutura social e defende como [ideia de] categoria geracional aquela que define o lugar ocupado pela infância na sociedade, portanto, o elemento que fundamenta o campo da Sociologia da Infância”. Ou seja, mesmo que a infância enquanto dimensão biológica tenha um tempo pré-determinado para acontecer, o caráter geracional aponta que outras crianças virão e ocuparão este lugar, consolidando a infância e suas pautas permanentemente na sociedade contemporânea. Sarmiento (2008, p. 24), ressalta que “[...] de algum modo, as sociedades são aquilo que propõem como possibilidades de vida, no presente e para o futuro, às suas crianças”. Desse modo, o trabalho teórico e analítico sobre a infância é também uma forma de conhecer a sociedade.

Esse olhar renovado sobre as infâncias, apresentado na seção anterior deste artigo, permite reflexões acerca de como se dão as relações hoje entre adultos e crianças e, principalmente, questiona as marcas deixadas por estas relações. “Da criança domada à criança-sujeito, esta se torna uma pessoa, um interlocutor” (DELALANDE, 2011, p. 63-64). Se em um passado próximo as relações entre adultos e crianças se davam, em algumas situações, por vias austeras e verticais, atualmente temos a possibilidade de vivermos relações mais compreensivas, em que existe o diálogo e busca por espaços de protagonismos para as crianças.

A partir destas novas perspectivas, a luta por um espaço público e de qualidade capaz de promover a formação integral das crianças ganha força na sociedade e nas propostas políticas. Citamos duas legislações que trazem a pauta da educação da criança pequena. A primeira é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que no artigo de número vinte e nove, reconhece a educação infantil^{iv} como “primeira etapa da educação básica”, a qual “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 anos [atualmente cinco anos], em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). E a outra legislação, trata-se do Plano Nacional de Educação (PNE lei nº 13.005/2014) que institui a matrícula compulsória a partir dos quatro anos de idade e, portanto, amplia ainda mais os debates sobre a institucionalização/escolarização, bem como acerca das relações entre as crianças e adultos nestes espaços (BRASIL, 2014).

A obrigatoriedade da matrícula das crianças de quatro e cinco anos trata-se de um compromisso dos responsáveis, mas com implicações aos gestores municipais que necessitam oferecer vagas em número suficiente. Ainda não temos elementos mensuráveis no cenário acadêmico desta política, contudo, o grande desafio, para além da garantia das matrículas em

número suficiente, é o trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Acreditamos que a extensão educacional será bem sucedida se considerar a realidade das crianças matriculadas, suas necessidades e curiosidades, principalmente no que concerne à cultura infantil. Martins Filho (2015, p. 25) diz que é

[...] possível ver as crianças com base em suas experiências e manifestações, principalmente aquelas construídas por meio das relações com os adultos e com seus pares, e não mais como sujeitos passivos e meros receptores ou consumidores de culturas ainda que se reconheça que sejam interdependentes dos adultos ou de outros grupos sociais, como por exemplo, a família e as esferas institucionais e de educação.

Isso quer dizer, que nesta lente, as crianças são vistas como sujeitos construtores da história e um caminho a seguir é observar e respeitar o modo com que as crianças exploram seus espaços. Assim, atribuímos-lhes significado e sentido à sua cultura própria, uma vez que a cultura pode ter muitas interpretações, a partir do que se vê e se escuta, contudo não permite neutralidades, exige que haja interlocução e que o modo de analisar seja enunciado.

E como modo de olhar, alguns pesquisadores têm-se valido da metodologia da etnografia. Segundo Vasconcelos (2016, p. 19): “Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e interpretação de outra realidade circunscrita, mas antes como uma negociação construída envolvendo pelo menos dois ou mais sujeitos politicamente significantes”. O olhar dos etnólogos observa a vida e as experiências documentadas pela antropologia cultural e social da infância, desse modo, desenvolve investigações relativas à cultura e à aculturação do convívio da criança com outras crianças, observando a criança e a outra criança nas suas culturas. A dimensão cultural é, sobretudo, desenvolvida pelas investigações dos etnólogos, herdeiros de uma forte atenção àquilo que constitui ‘o outro’ na sua alteridade, na sua cultura (DELALANDE, 2011).

Criar espaços para que a criança possa exercer também a relação social, é permitir que ela expresse sua opinião, seu sentimento e seu desejo, ao seu tempo, entendida enquanto relação social construída por meio da participação. Carvalho e Silva (2016, p. 188), afirmam que “a participação deve ser uma ação dotada de sentido para o sujeito, e que tenha implicações [...], podem ser mudanças pontuais no próprio sujeito, no próprio grupo, mas esse sujeito tem que sentir aquela ação intencional”. É importante considerar legítimo o modo como as crianças se relacionam, seja com os adultos ou com os pares, para que a participação possa ser vivenciada pela criança e que essa se constitua enquanto sujeito ativo nas suas relações sociais e, por conseguinte, culturais.

Acreditamos que as relações culturais vividas entre as crianças e adultos promovem diferentes marcas, as quais possibilitam um tipo peculiar de aprendizagem, em que a cultura é produto do meio social ao mesmo tempo em que as vivências sociais produzem novas culturas.

Assim, já não cabe pensar uma instituição, principalmente a escola, de forma homogênea onde é possível ‘encaixar’ a criança em programas estanques e padronizados. Ambiciona-se uma instituição capaz de dialogar, ouvir, entender e estimular o protagonismo infantil, valorizando a construção do outro. Insiste-se na necessidade de estudarmos as

relações sociais e culturais entre adultos e crianças como via de mão dupla, onde ambos produzirão culturas e usufruirão a cultura do outro, reinterpretando-as e ressignificando-as.

As crianças são parte ativa nas culturas infantis e, conseqüentemente, nas culturas do mundo adulto, pois ambas estão intimamente conectadas. Valorizar as culturas das crianças é uma estratégia de visibilizar a infância enquanto categoria social, considerando sempre a relação com o outro.

Considerações finais

Se conseguíssemos como sociedade criar escolas onde o respeito pela escuta e participação das crianças fosse um habitus profissional generalizado, poderíamos fazer a transformação que serve as crianças, as famílias e as culturas (FORMOSINHO; FORMOSINHO, 2016, p. 10).

Iniciamos as considerações finais reiterando nosso entendimento acerca das contribuições oportunizadas pela Sociologia da Infância nas últimas décadas. Em nosso ensaio, procuramos evidenciar por meio dos referenciais citados, que as relações da criança com o adulto são constantemente marcadas por relações, sociais e culturais, que necessitam ser amplamente consideradas nas instituições em que a criança participa, tais como: a família e a escola.

Deste modo, faz-se emergente a necessidade de visibilizar as marcas produzidas nestas relações. Com relação às marcas deixadas nas relações das crianças com os adultos nas instituições, reconhecemos que, estas, sejam possíveis por meio dos processos participativos. Na família ou na escola, sempre há um adulto com a função de ensino, nestas relações a partir do diálogo ocorrem aprendizagens, o ‘aprender’ é tido como uma das marcas da relação adulto-criança. Entretanto, faz-se necessário que as instituições observem seu funcionamento, valorizando os conhecimentos prévios e as culturas infantis, para que essa relação envolva, além das questões cognitivas, questões sociais e culturais. Deste modo, podemos dizer que as relações culturais na escola se dão por meio das práticas pedagógicas que, conseqüentemente, levam ao desenvolvimento de uma cultura escolar, onde ocorre um processo de transição em que as crianças tornam-se alunos, interligando assim a cultura escolar à cultura infantil e vice-versa.

Destacamos a seguir outras três marcas das relações entre crianças e adultos, que foram possíveis evidenciar a partir das reflexões originadas por meio dos referenciais deste estudo, os quais acreditamos serem pertinentes de manterem-se na pauta de textos e pesquisas futuras. Primeiramente, o modo como a criança vê o adulto em meio as relações culturais e sociais estabelecidas entre eles influencia diretamente na identidade e na visão de mundo da criança, inclusive sobre os seus conhecimentos de história e política; O reconhecimento da criança como pessoa produtora de cultura, para além dos aspectos da socialização, visibilizando os seus modos de organização social, em meio a própria cultura infantil, tendo como exemplo a organização/hierarquização das brincadeiras entre os pares, ações geridas pela criança; Questionamento permanente por parte dos adultos sobre a ênfase estrutural de infância, a qual muitas vezes associa a criança a um ser indefeso e desprovido de ideias

acerca de si e do próximo, ou quando enxerga-se a criança e a infância apenas por sua dimensão biológica de cuidado e desenvolvimento.

Atentamos ao fato de que a relação da criança com o adulto é constantemente marcada por distintas dinâmicas sociais e culturais que devem ser consideradas nas instituições, principalmente para se compreender o que tem sido produzido na contemporaneidade, acerca das infâncias e das crianças. Faz-se crucial visibilizar o modo como as crianças se constituem como construtoras de sentido, pois, compreendemos, principalmente a partir dos estudos da Sociologia da Infância, que a criança é sujeito da sua história e, com isso, constrói a cultura em que vive.

Reconhecemos que as crianças têm muito a dizer e participar no mundo. Quinteiro (2002, p. 21), diz que: “Talvez pouco se saiba sobre elas porque pouco se ouve e pouco se pergunta às crianças”. O que ocorre é que em algumas circunstâncias, as crianças ainda são silenciadas na escola (ou na família), seja pelo trabalho amudado, seja pelos pontuais momentos de diálogo, ou mesmo, pela pouca credibilidade do que é dito por elas.

Pesquisar sobre a criança e a infância é desafiador, ao longo deste ensaio buscamos trazer evidências da existência de renovadas visões e entendimentos acerca das crianças e das infâncias contemporâneas, por meio dos teóricos dos Estudos da Infância e da Sociologia da Infância. Acreditamos que as marcas destas relações culturais e sociais entre crianças e adultos se dão justamente no momento em que ocorrem, ou seja, nos processos contínuos de participação, de experiências e de aprendizagens. Por isso é tão relevante viver o cotidiano destas potentes ‘relações’ com sensibilidade.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 17-36.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009. 92 p.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília: DF, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 2014.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos da criança**. UNICEF Brasil. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CARVALHO, Regiane Sbroion de; SILVA, Ana Paula Soares da. A participação infantil em foco: uma entrevista com Natália Fernandes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 187-194, mar. 2016.

DELALANDE, Julie. As crianças na escola: pesquisas antropológicas. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005. 109 p.

11

FERNANDES, Natália. **Infância, Direitos e Participação**. Representação, Práticas e Poderes. Porto: Afrontamento, 2009. 362 p.

FORMOSINHO, João; FORMOSINHO, Júlia. Prefácio. In: VASCONCELOS, Teresa Maria. **Aonde pensas tu que vais?** Investigação etnográfica e estudos de caso. Porto: Editora Porto, 2016. p. 8-10.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 284 p.

LIMA, Samantha Dias. Pedagogias, infâncias e docências: o que narram as acadêmicas sobre suas aprendizagens? **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 21, n.33, p. 13-31, jan./abr. 2018.

MARTINS FILHO, Altino José. **Criança pede respeito: Ação educativa na creche e na pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 2015. 223 p.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Apresentação Nove teses sobre a 'infância como um fenômeno social' Jens Qvortrup. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, v. 64, p. 199-211, abr. 2011.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729-750, dez. 2010.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 137-162, dez. 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, Manuel; Maria Cristina Soares de Gouvea (org.). **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

SARMENTO, Jacinto Manuel; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **As crianças**: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997, p. 9-30.

SARMENTO, Jacinto Manuel; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

TOMÁS, Catarina. **Há muitos mundos no mundo**: cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Porto: Afrontamento, 2011. 227 p.

VASCONCELOS, Teresa Maria. **Aonde pensas tu que vais?** Investigação etnográfica e estudos de caso. Porto: Editora Porto, 2016. 174 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 5-15, ago. 2003.

Notas

ⁱ Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança é um tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo, aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Tendo o Brasil assinado o documento, conforme evidências na publicação do Estatuto da Criança e Adolescente, no ano seguinte (BRASIL, 1989).

ⁱⁱ Os Estudos da Infância compreendem uma gama de áreas que se preocupam em entender “a criança, a infância e a sociedade” em que esta vive, tais como: Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Filosofia e Sociologia da Infância, entre outras áreas, que estão se dedicando a debater as temáticas de modo interdisciplinar.

ⁱⁱⁱ “A participação infantil em foco: uma entrevista com Natália Fernandes” (CARVALHO; SILVA, 2016).

^{iv} A Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013) altera a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, trazendo no seu quarto artigo o seguinte texto: I - **Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade**, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - **educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade**.

